



h.

ATA

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara informou que estavam presentes hoje, na reunião de Câmara, o Prof. Álvaro Costa, docente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, e o Eng.º Simão Portela, responsáveis pelo Plano para a Exploração do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no concelho de Guimarães. -----

Feita a apresentação, o Presidente da Câmara informou que no próximo dia 27 de março vai ser apresentado publicamente este estudo, em local a designar oportunamente. -----

De seguida, o Presidente da Câmara perguntou aos vereadores se queriam intervir sobre a apresentação do estudo, tendo passado a palavra ao Vereador André Coelho Lima, que referiu que este foi o tema central das promessas políticas nas últimas eleições autárquicas, considerando muito positiva a circunstância de se estar a ter, hoje, uma resposta a este tema.

Recordou que foi sempre defendido e praticado, por este município, o princípio do utilizador/pagador, que levou a um modelo desajustado à dinâmica urbana da cidade e às necessidades da população. Referiu que os Vereadores eleitos pelo PPD/PSD defenderam, no anterior mandato, a concessão do serviço de transportes com subsídio municipal, lembrando, igualmente, as intervenções do Vereador eleito pela CDU naquele período a este respeito, na defesa da municipalização do serviço de transportes, acrescentando que, em comum, ambos defendiam um investimento público. Adiantou que, na sequência da implementação futura deste estudo, serão favoráveis a um custo adicional que o Município venha a assumir, considerando tratar-se de um investimento na coesão territorial. Elogiou a criação de uma linha entre Serzedelo, Moreira de Cónegos e a Estação da CP de Lordelo, nas proximidades do concelho de Vizela, com as virtualidades económicas e sociais que daí possam advir. Apelou a que o Presidente da Câmara fizesse a modelação dos custos referindo, ainda, que a componente interconcelhia deveria ter sido contemplada neste plano. -----

O Vereador António Monteiro de Castro fez também uma intervenção, referindo que o estudo aponta um modelo suportado na relação preço-distância, o que representa custos mais elevados para quem vive mais afastado da cidade. Assim, defendeu uma eventual necessidade de o município adotar uma discriminação positiva compensando a população da periferia, por forma a que o custo da deslocação não seja impeditivo do usufruto dos equipamentos e da oferta desportiva e cultural que o Município oferece na cidade. -----

O Presidente da Câmara finalizou dizendo que esta era uma matéria que importava resolver, acrescentando que este estudo está a ser cruzado com o Plano de Mobilidade Urbana e o Programa de Apoio à Redução Tarifária, que visa ajudar as entidades constituídas como autoridades de transporte a



h
m

reduzir o preço das tarifas de transporte público nas suas regiões. Disse estar convicto que dentro de 4 anos o Município de Guimarães assumirá um custo de cerca de 15 milhões de euros em compensações no transporte público de passageiros, excluindo o transporte escolar e os beneficiários do Cartão Municipal do Idoso, em favor da coesão territorial do concelho. -----
O Presidente da Câmara agradeceu a presença do Prof. Álvaro Costa e do Eng.º Simão Portela, referindo evidências de profissionalismo e saber no trabalho desenvolvido por esta equipa técnica. -----

-----INTERVENÇÕES-----

1. Vereador António Monteiro de Castro – Perguntou se o Presidente da Câmara iria promover alguma iniciativa na sequência da moção aprovada na Assembleia Municipal relativa à criação de uma rede de cuidadores e que hoje é dada a conhecer à Câmara Municipal. Depois de ouvir a explicação da Vereadora Paula Oliveira, acrescentou que a moção trazia propostas concretas quanto à execução desta medida, que poderiam ser uma mais valia para a qualidade dos cuidados prestados. -----

2. Vereador André Coelho Lima – a) - Disse que gostaria de abordar um tema referido na última reunião de Câmara, lembrando a intervenção do Vereador Bruno Fernandes que fez o enquadramento da situação de Urgezes referindo propostas importantes para a mobilidade nesta área, assim como no concelho. Referiu, a propósito, a reação do Presidente da Câmara à intervenção do Vereador Bruno Fernandes que defendeu, uma vez mais, a resolução de um dos principais problemas das freguesias a Sul da cidade, através da execução de um túnel desde o topo da Av. ª D. João IV até Covas, tendo lido excertos de declarações do Presidente da Câmara prestadas aos órgãos de comunicação social. Assim, em nome dos Vereadores eleitos pela Coligação Juntos Por Guimarães, elogiou o facto de o Presidente da Câmara demonstrar abertura para avaliar a melhor solução,

manifestando-se disponível para, conjuntamente, estudar a opção mais válida, num esforço de resolver o maior problema rodoviário do concelho, considerando a morfologia do terreno. Terminou, propondo que os Vereadores da Coligação Juntos Por Guimarães sejam também chamados a colaborar e a trabalhar em conjunto nesta matéria; **b)** - Referiu uma situação de perigo existente no edifício “Mimosa”, em Moreira de Cónegos, que já tinha sido abordada noutras ocasiões. Disse que em causa está um talude com cerca de 10 metros de altura que exige um muro de suporte que salvguarde a segurança de pessoas e bens. Referiu que, no âmbito do processo de licenciamento do edifício em causa, deveria ter sido exigida a construção de um muro de suporte de terras, para, de seguida, lembrar a licença de utilização emitida pelos serviços da Câmara Municipal e que atesta a conformidade do edifício. Recordou a aprovação, em reunião de Câmara, realizada há cerca de um mês, de uma posse administrativa num edifício do Largo República do Brasil para proceder a obras provisórias, em substituição e a expensas do proprietário. Lembrou, igualmente, a posição do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana de apenas intervir na requalificação do Bairro da Emboladoura quando os residentes proprietários assumirem os custos decorrentes das benfeitorias nas suas habitações, tendo levado a que o Presidente da Câmara assumisse comparticipar essa despesa, para resolução de um problema que se revelava incontornável. Terminou, dizendo que a Câmara Municipal deve intervir de imediato para evitar uma tragédia. -----

3. Presidente da Câmara – a) - Relativamente ao Bairro da Emboladoura, disse que a intervenção assumida será precedida de inquérito socioeconómico dos agregados familiares que ocupam as habitações na situação de proprietários. Quanto ao edifício no Largo da República do Brasil disse que os custos decorrentes das obras serão posteriormente imputados



L.

mu

ao proprietário. No caso relativo ao edifício “Mimosa” disse que, caso o relatório dos Serviços de Proteção Civil, que estiveram no local, recomende a intervenção imediata, certamente que a Câmara Municipal atuará, podendo os custos com uma eventual intervenção vir a ser atribuídos aos proprietários das frações, sempre com um sentido de justiça presente; **b)** - Quanto à execução de um túnel desde a Av.^a D. João IV até à Rodovia de Covas reiterou que a opção tomada de execução de um canal desde a saída da autoestrada, em Pinheiro, atravessando a Freguesia de Urgeses, passando pela encosta da Costa e fechando em Mesão Frio implicará a execução de estudos de impacto ambiental e preliminar que determinarão a sua execução ou não. Disse que, embora discordando da execução do túnel, proporá aos técnicos que avaliem essa possibilidade, condicionada, de igual forma, a estudo de impacto ambiental, numa postura de aceitação do contraditório político e argumentativo; **c)** – Reconheceu a importância de ser implementada e apoiada uma Rede de Cuidadores, dizendo que todos os contributos são importantes para reforçar e aperfeiçoar este apoio social.

4. Vereador Fernando Seara de Sá – Disse querer clarificar que uma licença de utilização não é uma certificação, mas antes um ato administrativo praticado que resolve um contrato, querendo dizer que o projeto aprovado foi cumprido e está em conformidade. Disse, ainda, que a referida licença de utilização pode ser emitida pela Câmara Municipal ou contra a entrega de uma declaração de conformidade prestada por um técnico exterior. -----

5. Vereadora Paula Oliveira – Sobre a questão da rede dos cuidadores, disse que esta problemática tem sido trabalhada no âmbito do Conselho Local de Ação Social através do apoio monetário a instituições que trabalham de perto com cuidadores ou familiares. Disse, ainda, que desde janeiro deste ano, está a proceder-se a uma revitalização e a uma nova dinâmica da Rede Social do Concelho, sendo uma das temáticas a questão

dos cuidadores, identificada desde há muito tempo no Plano de Desenvolvimento Social. Terminou, dizendo que este trabalho de revitalização será levado a cabo com a envolvimento de todos, nomeadamente autarcas e Presidentes das Comissões Sociais Inter-freguesias, esperando que brevemente possam ser implementadas no concelho medidas relativas aos cuidadores. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 26 de fevereiro de 2019, que concordou com a aquisição, a Fernando de Souza da Silva e esposa Rita Costa Monteiro, de uma parcela de terreno com a área de 196,30 m², situada na Rua 24 de Junho, necessária ao reperfilamento da Rua 24 de Junho, freguesia de Aldão, pelo valor de €6.072,00. -----

2. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 27 de fevereiro de 2019, que concordou com a aquisição, a Marvalu – Investimentos e Gestão Imobiliária, SA, do prédio sito na Rua do Anjo, n.º 33, necessário à reabilitação da Torre da Alfândega, pelo valor total de €75.000,00, tendo já sido paga a quantia de €37.500,00 aquando da celebração do contrato promessa de compra e venda, devendo os restantes €37.500,00 serem pagos no ato da escritura de compra e venda. -----

3. Da Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP relativa à Rede de Cuidadores em Guimarães e aprovada em sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 22 de fevereiro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido



entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **O Vereador André Coelho Lima não participou na discussão e na votação da ata uma vez que não esteve presente na reunião.** -----

CÂMARA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: **“1. Introdução** - O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei. Por oposição entende-se o acompanhamento, a fiscalização e a crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, em moldes mais eficazes, dotando a oposição de direitos de participação em áreas fundamentais. De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º da referida Lei nº 24/98, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, expondo as atividades que deram origem e que contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. Estes relatórios deverão ser remetidos aos titulares do direito de oposição para que sobre eles se pronunciem. De conformidade com a alínea yy), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro, é competência da Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição. No Município de Guimarães esta competência foi delegada no Presidente da Câmara, por deliberação do

Órgão Executivo de 19 de outubro de 2017, de acordo com o previsto no artigo 34º do mesmo diploma legal. **2. Titulares do direito de oposição** - No caso das autarquias locais e nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados nos órgãos executivos, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, bem como os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico. **3. Cumprimento do direito de oposição no Município de Guimarães** - No Município de Guimarães o PS é o único partido político que detém pelouros e poderes delegados. Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da aludida Lei n.º 24/98, são titulares do direito de oposição no Mandato 2017/2021, que iniciou em 19 de outubro de 2017: A **Coligação Juntos por Guimarães**, composta pelos partidos políticos PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM e PPV/CDC, está representada na Câmara Municipal por **cinco vereadores (quatro vereadores do PPD/PSD e um do CDS-PP)** e na Assembleia Municipal por **dezanove eleitos (treze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, um do MPT e um do PPM)** e por **doze Presidentes de Junta**, tendo constituído, neste órgão deliberativo, quatro grupos parlamentares municipais (PSD, CDS-PP, MPT e PPM). A **Coligação Democrática Unitária**, composta pelos partidos políticos PCP e PEV, está representada na Assembleia Municipal por **três eleitos**, tendo constituído, neste órgão deliberativo, um grupo parlamentar municipal; - O **Bloco de Esquerda** está representado na Assembleia Municipal por **um eleito**. De acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para cumprimento do disposto na alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea u) do art.º 35º,



L.

ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de seguida relatam-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição: **3.1. Direito à informação** - No decorrer do ano de 2018, os titulares do direito de oposição do Município de Guimarães foram regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara, tanto de forma expressa como verbal, da atividade municipal, da tramitação dos principais assuntos de interesse público e da informação financeira do Município. Assim, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito das alíneas s), t), u), x), e y) do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 4 do mesmo artigo da referida Lei n.º 75/2013, a saber: – Informação sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara, a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão; – Resposta a todos os pedidos de informação apresentados pelos vereadores; – Resposta a todos os pedidos de informação comunicados pela mesa da Assembleia Municipal; – Resposta, em geral, às questões colocadas, formal ou informalmente, sobre o andamento dos principais assuntos do Município; – Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa; – Remessa à Assembleia Municipal das minutas das atas das reuniões do Executivo Municipal após a sua realização e das atas das reuniões deste mesmo Órgão, após aprovação; A Câmara Municipal de Guimarães mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, onde se inclui a página da internet, facilitando o acompanhamento e a fiscalização da atividade dos órgãos municipais. **3.2. Direito de consulta prévia** - De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto do Direito de Oposição, foram

facultados aos vereadores e aos representantes dos partidos políticos e grupos de cidadãos na Assembleia Municipal, propostas dos Planos e Orçamentos Municipais, resultando a sua aprovação dentro dos prazos legais. Foram facultadas, com a antecedência prevista na lei, por Plataforma Eletrónica (Portal do Executivo e Portal da Assembleia), as ordens de trabalho das reuniões do Órgão Executivo e das sessões do Órgão Deliberativo e disponibilizados, para consulta, todos os documentos necessários à tomada de decisão. Foi fornecida cópia desses documentos, sempre que solicitada, com meios humanos e materiais da Autarquia. **3.3.**

Direito de participação - No ano de 2018 o Executivo Municipal procedeu, atempadamente, ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição. Foram igualmente dirigidos os convites aos membros eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais relevantes para o engrandecimento e desenvolvimento do Concelho de Guimarães, organizados ou apoiados pela Câmara Municipal. Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal. Aos titulares do direito de oposição foi assegurado o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, tendo as propostas, pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos sido tramitados nos termos legais. Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição nas respetivas atas ou inclusão como anexo, todas as declarações de voto apresentadas. Foram disponibilizados aos membros do Órgão Executivo sem competências atribuídas espaços de trabalho no edifício dos Paços do Concelho, equipados com o material necessário ao desempenho das suas funções, designadamente material informático, de comunicações e mobiliário diverso, onde aqueles Vereadores podem reunir



e receber cidadãos e entidades. **3.4 Direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação** - De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto e, a pedido de qualquer desses titulares, pode o respetivo relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal. **4. Conclusão** - Em face do exposto, foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Guimarães, as condições adequadas ao cumprimento do estatuto do direito de oposição durante o ano de 2018, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição. Nestes termos, e em cumprimento do art.º 3º e do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição, deve este relatório ser submetido ao Órgão Executivo e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição na Assembleia Municipal. Deve, ainda, este relatório ser publicado na página oficial da internet do Município." **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro. -----

CÂMARA – PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSOS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO - DIPLOMAS PUBLICADOS EM JANEIRO DE 2019 - PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS, EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE –
Presente a seguinte proposta: "1. No passado dia 17 de agosto entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a **Lei-quadro da**

transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. 2. O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe *Concretização da transferência das competências*, determina, no seu nº 1, que *“A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.”* 3. A Assembleia Municipal, em sessão de 28/01/2019, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 17/01/2019, deliberou não aceitar as competências constantes dos diplomas setoriais publicados em novembro passado, com exceção das competências previstas no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro (Gestão das vias de comunicação). 4. No dia 30 de janeiro de 2019 foram publicados mais 4 diplomas setoriais, abrangendo agora as áreas de Proteção e Saúde Animal e Segurança dos Alimentos, Educação, Cultura e Saúde, a seguir identificados: **Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de **PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS**. **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os **órgãos municipais e das entidades intermunicipais** no domínio da **EDUCAÇÃO**; **Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro** - transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **CULTURA**; **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os **órgãos municipais e para as entidades intermunicipais** no domínio da **SAÚDE**. 5. Aqueles diplomas setoriais produzem efeitos a 1 de janeiro de 2019 e estabelecem que as autarquias que não pretendam a transferência das competências



L.

[Handwritten signature]

previstas em cada um dos diplomas legais para o ano de 2019 deliberem nesse sentido, nos respetivos órgãos deliberativos, devendo comunicar essa decisão à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) nos prazos aí definidos e que se indicam no mapa seguinte: -----

Diploma	Área	Prazo de comunicação à DGAL
Decreto-Lei n.º 20/2019	Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos	31/03/2019
Decreto-Lei n.º 21/2019	Educação	30/04/2019
Decreto-Lei n.º 22/2019	Cultura	31/03/2019
Decreto-Lei n.º 23/2019	Saúde	60 dias consecutivos após a publicação do despacho referido no n.º 3 do art.º 25º, sendo este publicado até 45 dias corridos após a entrada em vigor deste diploma.

Salienta-se que, nos termos da alínea b), do nº 2, do art.º 4º, da referida Lei nº 50/2018, os municípios que não pretendam a transferência das competências previstas neste diploma para o ano de 2020 devem deliberar nesse sentido na respetiva assembleia municipal e comunicar à DGAL até **30 de junho de 2019**. Acresce, por fim, referir que a 1 de janeiro de 2021 todas as competências se consideram transferidas para as autarquias locais (e entidades intermunicipais). 6. Pelo meu despacho de 11/02/2019, solicitei aos responsáveis políticos e dirigentes da Câmara Municipal de Guimarães que se pronunciassem, na medida do possível, sobre a capacidade/preparação dos serviços municipais para assumirem as novas competências constantes dos aludidos diplomas setoriais publicados no domínio da descentralização administrativa. Das informações que me foram prestadas, conclui-se, de uma forma geral, que todos os 4 diplomas legais terão uma significativa interferência nos respetivos serviços. Na verdade, estas novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira – reclamando o reforço de recursos humanos e técnicos - visto que obrigará, entre outros, a estudar

e definir novos procedimentos, criar e alterar regulamentos municipais (incluindo novas taxas) e disponibilizar recursos tecnológicos necessários à execução dos novos serviços. 7. Por outro lado, a insuficiência de elementos ou informação nesta matéria não permite, com o mínimo de rigor, avaliar o real impacto que o processo irá provocar, quer nos serviços municipais, quer ao nível dos recursos, humanos, financeiros e patrimoniais, não estando, por isso, reunidas as condições para uma decisão de assunção de todas as competências já com efeitos a 2019. 8. Seria, assim, essencial desenvolver um estudo detalhado que permitisse identificar os impactos mais relevantes que o processo vai implicar, sobretudo no que respeita aos compromissos futuros decorrentes de recursos financeiros e patrimoniais, tendo em atenção as eventuais alterações a introduzir na atual estrutura orgânica municipal. 9. Neste contexto, e considerando: Que os documentos previsionais para o ano de 2019 se encontram aprovados pelos competentes órgãos municipais, pelo que a aceitação das novas competências teria um impacto significativo sobre a execução orçamental; As novas competências terão um forte impacto organizacional, designadamente de natureza funcional e financeira, implicando também o reforço de recursos humanos e técnicos com provável alteração do mapa de pessoal, cuja dimensão não é possível de determinar nesta fase, já que se aguarda, ainda, a transferência das restantes competências previstas na referida Lei-quadro, concretamente nas áreas de Educação, Saúde, Ação Social e Cultura; Que o Orçamento de Estado de 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, não consagrou o Fundo de Financiamento da Descentralização, conforme preveem os artigos 30.º-A e 80º-B do regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela 51/2018, de 16 de agosto, não se conhecendo, portanto, quais os recursos que a Administração Central pretende afetar



1..

[Handwritten signature]

nesta matéria; Conclui-se que não se encontram reunidas as condições para ser tomada uma decisão de aceitação das novas competências já com efeitos em 2019, uma vez que é necessário conhecer o impacto que essas competências irá provocar nos serviços, que sempre implicará um processo prévio de preparação e organização da estrutura funcional, bem como uma maior informação sobre a concretização desta transferência que não é possível obter no curto espaço de tempo concedido. Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Guimarães **não pretende a transferência, no ano de 2019, das competências constantes dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de **PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS. Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da **EDUCAÇÃO; Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro** - transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **CULTURA; Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da **SAÚDE. 10. No que respeita às transferências de competências para as entidades intermunicipais, e atendendo a que, nos termos dos diplomas setoriais que concretizam as mesmas transferências, o exercício das competências transferidas depende de prévio acordo de todos os municípios que as integram, cuja aprovação compete ao órgão deliberativo de cada município, propõe-se, pelas mesmas razões invocadas para a não-aceitação da transferência de competências constantes dos pontos 6 a 8, que não seja dado o acordo para o exercício das novas competências pela Comunidade Intermunicipal do Ave**

relativamente às competências constantes dos seguintes diplomas: **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os **órgãos municipais e das entidades intermunicipais** no domínio da **EDUCAÇÃO**; **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro** - concretiza a transferência de competências para os **órgãos municipais e para as entidades intermunicipais** no domínio da **SAÚDE**. 11. Por fim, tendo em conta o projeto geral de desenvolvimento do concelho, deve o Município de Guimarães interessar-se pelas oportunidades proporcionadas pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, sobre a transferência de competências para a administração autárquica. Na verdade, a descentralização constitui um processo da maior importância, uma vez que que contribui significativamente para aumentar a eficiência administrativa, na medida em que a maior proximidade das autarquias locais relativamente às populações permite-lhes um melhor conhecimento do território e da realidade e, deste modo, uma mais racional e eficiente afetação de meios, tanto humanos como financeiros, de que resulta melhor serviço público – mais atempado, mais eficaz e mais económico.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – ZMG - UNIPESSOAL, LDA - RECONHECIMENTO PROVISÓRIO DE INTERESSE PÚBLICO DO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO E DESPORTIVO - KARTÓDROMO INTERNACIONAL DE GUIMARÃES – Presente, para ratificação, pela Câmara Municipal e ulterior ratificação pela Assembleia Municipal, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de março de 2019, que reconheceu, a título provisório, o interesse público do Empreendimento Turístico e Desportivo – Kartódromo Internacional de Guimarães. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER A RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



fu

URBANISMO – ZMG - UNIPESSOAL, LDA - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTRUÇÃO JUNTO DA TUTELA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL – Presente a seguinte proposta: “A requerente ZMG Unipessoal, Lda veio solicitar a emissão de uma certidão que reconheça o interesse público para um empreendimento de natureza turística (Kartódromo) apresentado para um terreno situado na Quinta do Carvalho, na freguesia de Selho S. Jorge. Os elementos apresentados foram analisados pelos serviços técnicos e, após várias informações e documentação complementar apresentada a pedido dos serviços e que complementou a do pedido inicial, foi submetida uma proposta, para aprovação na reunião de câmara de 18 de outubro de 2018, e posterior envio para a Assembleia Municipal, órgão competente para esse reconhecimento. Entretanto, esta proposta foi retirada da ordem do dia, não tendo sido submetida a votação pelos membros do órgão executivo, uma vez que foi entendido, do ponto de vista político, que ela deveria ser reanalisada, atendendo à necessidade, expressa também nas informações técnicas, da existência de um estudo de impacte ambiental prévio a essa decisão, isto é, foi entendido que a realização do aludido estudo de impacto ambiental deve ser feito pela requerente antes da tomada de decisão, por forma a poder instruir a deliberação que a Câmara Municipal de Guimarães irá, depois, e se entender conveniente, submeter a aprovação da Assembleia Municipal. Efetivamente, a prudência aconselha que o estudo em causa seja feito antes de tomada a decisão, uma vez que é manifesto, e da experiência comum, que um kartódromo tem necessariamente impacto ambiental, sobretudo ao nível da qualidade do ar, do ruído, da impermeabilização do solo e da integração na paisagem, pelo que a respetiva construção carece de uma prévia avaliação dos impactes prováveis que a realização do projeto pode ter no ambiente, a evolução previsível da situação de facto sem a realização

do projeto e as medidas de gestão ambiental destinadas a evitar, minimizar ou compensar os impactes negativos esperados. Ora, sem este estudo prévio a Câmara Municipal, e depois a Assembleia Municipal sob proposta daquela, estariam a reconhecer interesse público de um projeto que, depois em sede de licenciamento, poderia vir a ser considerado com um impacto ambiental negativo. Entretanto, no âmbito do processo cautelar n.º 318/19.9BEBRG, instaurado pela empresa ZMG-Unipessoal, Lda, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, foi proferido um despacho, pela Sr.a Juíza do processo, datado do passado dia 26 de fevereiro, que ordenou ao Município de Guimarães, enquanto requerido no processo *"a emissão de certidão que proceda ao reconhecimento provisório de interesse público do Empreendimento Turístico e Desportivo – Kartódromo Internacional de Guimarães."* Para cumprimento deste despacho, o Sr. Presidente da Câmara, por despacho do passado dia 28 de fevereiro, reconheceu, a título provisório, o interesse público do Empreendimento Turístico e Desportivo – Kartódromo Internacional de Guimarães, decisão que ficou sujeita a ratificação pela Câmara e pela Assembleia Municipais. No entanto, atendendo à natureza provisória daquele reconhecimento é, agora, necessário apresentar a estes dois órgãos municipais a decisão definitiva a tomar sobre este assunto. Em face do supra exposto, e pelos motivos atrás aludidos, proponho que seja apresentada uma proposta à aprovação da Câmara Municipal, para posterior envio a aprovação da Assembleia Municipal, de não reconhecimento do interesse público do Empreendimento Turístico e Desportivo – Kartódromo Internacional de Guimarães. Esse reconhecimento apenas poderá ocorrer após completa instrução do processo em curso, nomeadamente com a apresentação de um estudo de impacto ambiental e das eventuais medidas corretivas que se mostrem necessárias."



h.

fu

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS RELATIVOS À UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019 – Presente a seguinte informação: “O Final da Liga das Nações em 2019, a realizar em Portugal no período compreendido entre o dia 5 de Junho de 2019 e o dia 9 de Junho de 2019, é um evento desportivo de relevante interesse nacional que decorrerá nos Municípios do Porto e de Guimarães. De acordo com instruções recebidas da Federação Portuguesa de Futebol é necessário acautelar, para aquele período de tempo, a proteção de direitos comerciais relativos ao evento, tal como já tinha acontecido no evento do Euro 2004, mediante a aprovação de um Regulamento que vigore apenas no decurso do evento, impedindo, na área de intervenção do Município de Guimarães, a difusão, por qualquer meio, de mensagens publicitárias que, de forma direta ou indireta, façam supor a intenção de efetuar a respetiva associação ao UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019™, com o objetivo de fazer publicidade ou de usufruir de benefícios promocionais do evento. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à aprovação daquele Regulamento, para posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de

aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE, CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao fornecimento em epígrafe, propondo a sua adjudicação da seguinte forma: -----

Adjudicatário: Endesa Energia S.A. – Sucursal Portugal	
LOTE	PREÇO CONTRATUAL
1	7.583.635,81€
2	1.080.883,71€
3	552.377,67€
Total	9.216.897,19€

Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**:

“Sobre o tema, **“fornecimento de energia elétrica ao município”**, interviemos já várias vezes, tendo-o mesmo feito neste mandato três vezes.

1. Logo no início, em 19 outubro de 2017, e perante uma proposta de ratificação para aquisição de energia no montante de €800.000 destinada ao período de Julho a Outubro de 2017, intervim para manifestar



L.

fr

estranheza pelo erro grosseiro ocorrido na estimativa efetuada aquando da aquisição de energia para o ano de 2017. 2. Em 16 novembro de 2017 intervim novamente para criticar a forma como era proposta a aquisição de fornecimento de energia ao município para o período de outubro de 2017 a outubro de 2018 no montante de 3.104.139€. E isto porque, a informação que acompanhava a proposta dizia *que havia sido enviado ofício à EDP para se pronunciar sobre a pretensão em renovar o contrato ou proceder à entrega de nova proposta para uma eventual renegociação do preço em vigor* e que, face a esse pedido a EDP tinha apresentado, uma nova proposta de preço no montante de 3.104.139€, correspondente ao valor consumido no período terminado nesse mesmo mês de outubro de 2017. Face a esta proposta informavam os serviços que a mesma tinha sido analisada e que os valores apresentados estavam de acordo com os praticados no mercado liberalizado. Ora, como tal metodologia de aquisição da energia para o Município me pareceu desadequada, terminei a minha intervenção perguntando ao Sr. Presidente se havia sido efetuada alguma consulta concreta à concorrência para o fornecimento de energia desta dimensão ao município. Na altura, e depois de lida a intervenção escrita, referi mesmo que um consumo desta ordem de grandeza não deveria dispensar uma consulta às diferentes operadoras deste ramo no mercado.

3. Em 14 de Fevereiro passado, sobre a proposta para abertura de procedimento para consulta prévia de aquisição de fornecimento de energia elétrica ao município de Guimarães ao abrigo do acordo “quadro de fornecimento de eletricidade” celebrado pela central de compras da Comunidade Intermunicipal do Ave, intervim manifestando a convicção de que esse era o caminho certo para uma encomenda daquela dimensão e que para além da transparência do processo poderia resultar um substancial proveito para os cofres municipais. 4. Finalmente, intervenho hoje não só

para lembrar este acompanhamento que tenho feito ao processo, que é um processo com a importância que os números lhe conferem, um volume de compras de quase 10 milhões de euros, mas para realçar que afinal a razão estava do nosso lado. Das cinco empresas concorrentes, duas foram excluídas. A *HEN Serviços Energéticos* por falta de apresentação de toda a documentação exigida e a outra, a *Galp Power*, por ter apresentado um preço contratual superior ao preço base. Das três restantes sai vencedora a *Endesa Energia* com uma proposta mais barata 236.699 € que a da EDP. Assim, para além da transparência do processo que com este concurso fica clara aos olhos de qualquer um, resulta, tal como havia referido na intervenção da reunião de Fevereiro, uma poupança para o nosso Município superior a 290.000 € (236.000+IVA), soma que, não indo, com certeza, ser devolvida aos munícipes, reduzindo impostos municipais, permitirá ao Município a realização dos investimentos ou até acorrer às dificuldades de muitos vimaranenses e instituições que no quotidiano lhe batem à porta. Tenho consciência que não deve ter sido o vigor das minhas sucessivas intervenções sobre este tema que fizeram o Sr. Presidente da Câmara recorrer a este processo de consulta, mas antes sim o não querer deixar de acompanhar os restantes municípios num processo que se manifestava claramente ser o mais indicado. De qualquer modo é esta a riqueza da Democracia. Ao poder e à oposição, escolhidos pelo povo em sufrágio universal, cabe-lhes este importante papel da defesa dos seus interesses e salvaguarda dos seus destinos. Como fica claro das minhas palavras, iremos votar favoravelmente a presente proposta.” -----

RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO - EMPREGO APOIADO EM MERCADO ABERTO – Presente a seguinte proposta: “O Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, que criou o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e



1.

pm

Incapacidade, prevê, entre outras, a medida do Emprego Apoiado em Mercado Aberto, que corresponde à atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização produtiva ou de prestação de serviços dos empregadores, sob condições especiais. Podem ser promotores desta medida empregadores de direito público e privado, tendo como destinatários pessoas com deficiência e incapacidade, inscritas nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, com capacidade de trabalho não inferior a 30 % nem superior a 90 % da capacidade normal de trabalho de um outro trabalhador nas mesmas funções profissionais. O Município de Guimarães criou, no mapa de pessoal de 2019, três postos de trabalho em regime de emprego apoiado em mercado aberto, correspondente um ao exercício de funções de apoio geral operacional à equipa administrativa do Departamento de Obras Municipais, outro para reforço da equipa de trabalho operacional da área de jardins e espaços verdes, no âmbito do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e um outro para reforço da equipa de operacionais da área do apoio educativo, no âmbito da Divisão de Educação. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a autorização de recrutamento para os postos de trabalho identificados, a efetuar ao abrigo do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro e de acordo com procedimento específico a submeter ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. A correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 324/2019." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2019 - CUSTOS DE FUNCIONAMENTO DA CIM DO AVE - Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães é um dos sete Municípios do Vale do Ave a integrar a Comunidade Intermunicipal do Ave. A CIM do AVE, conforme orçamento aprovado para o ano de 2019, envia a todos os seus membros, o mapa com as previsões dos custos imputados a cada Município, bem como o valor das transferências mensais a efetuar. Assim sendo, submete-se à aprovação do executivo Municipal, a transferência da verba de €77.704,17, correspondente a custos de funcionamento para o ano 2019. Junto em anexo, quadro dos custos de funcionamento imputado ao Município de Guimarães.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade. A Vereadora Adelina Paula Pinto assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta.** -----

AMBIENTE – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE EMPREENDEDORISMO, NO ÂMBITO DA INCUBADORA DE BASE RURAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Considerando: a) Que a Câmara Municipal de Guimarães, por deliberação de 8 de fevereiro de 2018 e a Assembleia Municipal, na sua sessão de 23 de fevereiro de 2018, aprovaram o Regulamento do Sistema de Incentivos previstos no Regulamento da Incubadora de Base rural; b) Que, nos termos do art.º 6º daquele regulamento, o sistema de incentivos é atribuído sob a concessão de ajudas técnicas e/ou pecuniárias para apoio e acompanhamento do processo de elaboração de implementação do plano e negócios; c) Que constitui ajuda pecuniária a atribuição de bolsa de empreendedorismo de montante fixo,



paga diretamente ao promotor, com periodicidade mensal durante um máximo de 9 meses, e que se destina a garantir condições mínimas de sustentabilidade ao promotor, ao longo de cada processo de incubação; d) Que o valor do apoio pecuniário é definido anualmente; e) Que foi já elaborada ata final dos candidatos admitidos - 3ª Etapa de Programa da Incubadora de Base Rural,- Networking e Cooperação e Sistema de Incentivos; Propõe-se, o pagamento de bolsas de empreendedorismo, pela rubrica 2.4.6.32 - INCUBADORA DE BASE RURAL, para os candidatos elencadas no quadro abaixo indicado, a ser paga mensalmente, num total de 6 meses, com inicio a 11 de março de 2019. -----

	NOME	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	ISABEL MARIA ALMEIDA MARTINS FERREIRA	600,00€	3.600,00€
2	MARTA PAULA MACHADO CARVALHO	750,00€	4.500,00€
3	TIAGO FERNANDO AZEVEDO OLIVEIRA	750,00€	4.500,00€
4	ROSA LUISA FARIA PEREIRA	300,00€	1.800,00€
5	HELENA MARIA LEITE FREITAS	450,00€	2.700,00€
6	SILVIA FERREIRA FERNANDES	150,00€	900,00€
	TOTAL		18.000,00€

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, prolongamento de horário e ou componente de apoio à família, os Agrupamentos de Escolas D. Afonso Henriques, Professor Abel Salazar, Francisco de Holanda, Pevidém, Fernando Távora, professor João de Meira, Taipas, Briteiros, Santos Simões,

Arqueólogo Mário Cardoso, Abação e Gil Vicente vêm solicitar à Autarquia apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se tratam de crianças provenientes de agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica ou integradas em instituições de acolhimento, tendo os respetivos agrupamentos procedido já à aplicação das medidas de ação social escolar, previstas no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, e posteriores alterações, e ainda de crianças que regressaram ao país de origem ou cujo paradeiro é desconhecido. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em observância do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a anulação das dívidas respeitantes a 27 alunos, conforme quadro resumo, em anexo, dos valores propostos para perdão de dívida, bem como dos montantes reavidos em resultado da regularização, parcial ou integral, de dívidas. O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária de Caldas das Taipas solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos no dia 3 de maio, a Esposende. Considerando que se trata uma deslocação no âmbito de uma visita de estudo e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 6 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO**



APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – FEVEREIRO DE 2019 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – Presente a seguinte proposta: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na realização de obras de melhoria das condições de habitabilidade, designadamente na substituição do telhado/cobertura. Após análise desta candidatura e consequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

Processo	Freguesia	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Comparticipação	Subsídio a Atribuir
185235212/19	Sande S. Clemente	213,37	2	82,2%	€10.788,75

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, e estando cumpridas as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de

Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio à proprietária, no valor de €10.788,75 (dez mil setecentos e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos) ao abrigo da alínea f) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte

proposta: “O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos, no dia 28 de fevereiro, ao Pavilhão Multiusos de Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 6 de março de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO E SANTOS PASSOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a

seguinte proposta: “A Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros, para efetuar o transporte dos idosos no dia 17 de abril, ao Jardim Zoológico em Vila Nova de Gaia. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização dos autocarros em causa, por meu despacho datado de 6 de março de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o



transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo aos motoristas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. -----

CULTURA – CASA DO POVO DE FERMENTÕES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS ATIVIDADES DO MUSEU DE AGRICULTURA – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões mantém há diversos anos em funcionamento o seu Museu de Agricultura, promovendo diversas iniciativas regulares de animação do Museu que, pelo interesse público de que se revestem, enquanto instrumentos de divulgação e vivificação das tradições agrícolas regionais, merecem ser apoiadas. Em face das dificuldades manifestadas pela Casa do Povo em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação a atribuição, à Casa do Povo de Fermentões, de um subsídio de €3.000,00, destinado a comparticipar nos custos de realização das atividades citadas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO AO FUTEBOL CLUBE OS PIRATAS DE CREIXOMIL – Presente a seguinte proposta: “O Futebol Clube os Piratas de Creixomil é um clube desportivo, com uma grande atividade formativa, desenvolvendo um trabalho meritório na promoção do futsal em Guimarães. Esta modalidade muito específica tem conseguido, nos últimos anos, encontrar os apoios necessários para crescer. Além da aposta forte na formação, a sua equipa de seniores está na 2ª Divisão Nacional, mas é nas equipas mais jovens que este clube tem prestado grande atenção, pois só assim é que poderão almejar ter a equipa sénior mais forte e coesa. Este

clube desportivo irá desenvolver um projeto nas escolas do concelho, apostando na formação dos professores e na distribuição de material para que se possa desenvolver a modalidade do futsal, de forma a dar a devida visibilidade à modalidade na busca de jovens atletas para a prática desportiva. Neste sentido, solicitam o indispensável apoio municipal para a concretização dos seus objetivos desportivos para esta época, pelo que se propõe a atribuição de um subsídio extraordinário no montante de 23.000,00€, nos termos previstos do RMADG, destinado a suportar os elevados custos com deslocações ao nível de todo o território nacional resultante da participação do clube nos vários campeonatos nacionais onde está envolvido, e nas ações de formação de jovens, apoio e integração social e divulgação da modalidade, não só a nível nacional, mas também nas escolas do concelho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO À CASA DO POVO DE FERMENTÕES – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões, para além da sua conhecida atividade na área cultural e social, desenvolve um trabalho meritório na área do desporto, principalmente ao nível do andebol e voleibol, com um papel de grande importância na integração dos jovens mais desfavorecidos daquela comunidade, muitos deles sem agregado familiar capacitado para ajudar o clube. O trabalho desenvolvido na área de formação desportiva e os custos conexos ao longo dos últimos anos, provocou uma situação de manifesta fragilidade económica para fazer face aos compromissos do clube com as entidades federativas, o que pode colocar em causa o trabalho desportivo e social que desenvolvem com tão bons resultados. Nesse sentido, solicitam o indispensável apoio municipal para a concretização dos objetivos desportivos desta época, pelo que se propõe a atribuição à Casa do Povo de Fermentões, nos termos previstos do RMADG, um subsídio extraordinário



no valor de 16.000,00 euros.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**
DESPORTO – GTEAM GUIMARÃES FOOTBALL CLUB - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GTEAM GUIMARÃES FOOTBALL CLUB solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das atletas e restante comitiva, nos dias 2, 3, 4 e 5 de março, a Coimbra. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação de duas atletas na Seleção Sub 17 da AF Braga, no Torneio Interassociações e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 6 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 12:05 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **António Martins**, residente nesta cidade, que veio, uma vez mais, expor a situação da Praceta D. João IV, na passagem da Rua D. João IV para a Rua da Ramada, designadamente o mau estado das placas do piso, que poderão ocasionar acidentes, bem como a acumulação de água. Solicitou, então, à Câmara Municipal o respetivo arranjo, à semelhança do que tem acontecido com outros locais da cidade. De seguida, lamentou que a área compreendida entre a Alameda de S. Dâmaso e o Toural esteja pouco arborizada. -----

Presidente da Câmara – Sobre esta exposição, o Presidente da Câmara esclareceu que este tipo de situação – que referiu existirem muitas situações, tais como a Praceta Francisco Sá Carneiro e o tardoz do Centro Comercial Vila - tem constituído um problema, pois, ao tempo do licenciamento das construções envolventes, estas áreas ficaram no domínio

privado - na propriedade do condomínio - mas com uso público, o que impossibilita a Câmara Municipal de intervir. Disse, ainda, que, com apoio dos serviços jurídicos, está a ser enquadrada legalmente uma intervenção no espaço em causa. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

*Minuta aprovada,
Francisco Lolo Xavier*